

## CINEMAS, PRAÇAS E CORPOS TRANSGRESSORES: SOCIABILIDADES DISSIDENTES EM MACEIÓ (AL) NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1980)

Isaac Freitas da Silva Filho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho busca compreender os espaços de sociabilidades de sujeitos dissidentes da cisheteronorma na cidade de Maceió (AL) dos anos de 1970 e 1980, tendo em vista que, para os sujeitos vistos como sexualmente subversivos, esses espaços foram extremamente importantes para que certas alianças fossem estabelecidas como forma de (re)existência frente à repressão da ditadura civil-militar. Além disso, a pesquisa se propõe a analisar o discurso produzido (e reproduzido) pela imprensa local, em especial, pelo *Jornal de Alagoas*, que desumanizava esses grupos e tentava legitimar um ideal de “limpeza social” a partir da propagação de denúncias a uma suposta “invasão de mariposas e pederastas” à cidade.

**Palavras-chave:** História; Alagoas; LGBTQIAPN+; Ditadura civil-militar.

### INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a historiografia alagoana permaneceu em silêncio em relação aos sujeitos considerados desviantes. O silêncio, a invisibilidade e a negação de um passado às pessoas dissidentes da cisheteronorma em Alagoas relegaram esses corpos a uma posição límbica, desprovida de história, reconhecimento e memória. Contudo, nos últimos anos, novas produções historiográficas passaram a desafiar esse silenciamento e essa terra, outrora conhecida como “terra dos marechais”, agora pode ser reconhecida como a terra de sujeitos e sujeitas como Nelsita (Araújo, 2024; Veras, 2024), José João da Conceição (Silva, 2024) e Odete Pacheco (Martírio, 2024). Dessa forma, após um longo período de omissão e silenciamento, já não é mais possível falar da história de Alagoas como uma história refém dos silêncios de Clio (Veras; Pedro, 2019).

Muitas das novas produções acadêmicas, especialmente as que se dedicaram a investigar o papel dos sujeitos dissidentes durante a ditadura civil-militar em Maceió, possibilitaram novos questionamentos sobre esse período tão atroz da história brasileira. Essas pesquisas refutam a antiga e amplamente difundida ideia de que o regime teria sido “permissivo” com as experiências sexualmente transgressoradas (Silva, 2023, p. 342). Embora a violência contra esses sujeitos “indesejáveis” tenha assumido formas distintas daquelas dirigidas à resistência armada,

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e Graduado em História (Bacharelado) pela mesma universidade. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal) e do grupo de estudos e pesquisas em Literatura e História (LiterHis/Ufal). Contato: isaac.filho@ichca.ufal.br.

Renan Quinalha (2021) demonstra que isso não implica dizer que não houve repressão. Pelo contrário, esses corpos foram frequentemente alvos de violência, especialmente nos espaços públicos, como ruas e praças, e em Maceió não foi diferente.

Desse modo, este trabalho apresenta um estudo acerca dos espaços ocupados e frequentados por sujeitos sexualmente dissidentes na cidade de Maceió, capital de Alagoas, em suas sociabilidades durante o período da ditadura civil-militar, assim como os lugares mais frequentados por eles. Sendo assim, o recorte temporal abrange as décadas de 1970 e 1980, momento em que a imprensa alagoana, especialmente o *Jornal de Alagoas*, veiculou notícias que denunciavam uma suposta “invasão de mariposas e pederastas” aos espaços públicos, com o objetivo de suprimir as sociabilidades dissidentes na cidade.

Embora as investigações sobre sociabilidades dissidentes tenham se consolidado como um dos campos mais tradicionais no estudo das sexualidades, principalmente dentro do recorte da ditadura civil-militar, observou-se uma significativa lacuna na historiografia alagoana a esse respeito. Contudo, é preciso destacar que esse silenciamento não decorre de uma “ausência de fontes” (Veras, Pedro, 2014, p. 96), muito pelo contrário. Entre as décadas de 1970 e 1980, a imprensa alagoana atuou como um dispositivo de controle marcado pela produção de estigmas sobre espaços e corpos “desviantes” (Santos, 2023, p. 17), buscando legitimar as operações policiais destinadas à repressão de prostitutas, homossexuais e travestis que ocupavam espaços públicos da cidade, impedindo-os de exercitar aquilo que Judith Butler (2018) chamou de “direito de aparecer”.

Além das ruas e praças, alguns espaços privados — como bares, motéis, teatros e cinemas — também se configuraram como possibilidades para a construção das sociabilidades dissidentes em Maceió. Nesses ambientes, tornava-se possível vivenciar uma sociabilidade silenciosa (Veras 2021), proporcionada por uma sensação de “segurança” relativamente maior em comparação aos espaços públicos. Entretanto, uma grande questão se torna evidente: como esses corpos vistos como sexualmente subversivos conseguiram estabelecer essa rede de espaços voltados para suas sociabilidades diante da repressão e da violência?

Ainda que, naquele período, a União dos Viados de Alagoas (UVA) tenha afirmado, em seu roteiro, que a capital alagoana era uma cidade “mente aberta para a evolução do mundo” (Veras, 2021, p. 172), novas pesquisas historiográficas revelam que as palavras Maceió e Alagoas apareciam lado a lado com relatos de violência em boletins do Grupo Gay da Bahia daquele período (Silva, 2024), enquanto as autoridades buscavam, de forma sistematizada, perseguir e expulsar homossexuais e travestis da capital (Araújo, 2024).

Se, por um lado, a circulação dos corpos sexualmente subversivos se mantinha possível nos espaços privados a partir de uma dinâmica de accordos entre esses sujeitos e os proprietários dos estabelecimentos (Veras, 2021), observa-se também que o *Jornal de Alagoas* afirmava que era esperado que as forças policiais instaurassem “medidas punitivas” para “acabar com a invasão de mariposas e pederastas” e “sanar o mal”<sup>2</sup> que supostamente assolava a cidade. Assim, bairros como Vergel, Ponta Grossa, Levada e Centro foram constantemente vinculados à circulação de sujeitos vistos como sexualmente subversivos.

Ainda que a ditadura não tenha inaugurado a violência e a perseguição aos corpos dissidentes no Brasil, é possível observar que elas foram “sistematizadas, institucionalizadas e legitimadas pelo Estado brasileiro” (Araújo, 2024, p. 310), pois, embora o exercício das sexualidades dissidentes não fosse crime no Brasil, as perseguições e repressões policiais a sujeitos homossexuais e a *sujeitas*<sup>3</sup> travestis se tornaram bastante comuns durante o período da ditadura civil-militar (MacRae, 2018), especialmente nos espaços públicos, como ruas e praças (Quinalha, 2021), sendo este o caso de Maceió.

## MATERIAIS E METODOLOGIA

É importante salientar que este trabalho utiliza como fonte principal os jornais produzidos pela imprensa alagoana durante a década de 1970 e 1980, especialmente as publicações do *Jornal de Alagoas*. Assim, foi realizada uma análise sobre o discurso produzido pela imprensa alagoana sobre a construção da imagem do chamado “pederasta”, como um ser animalesco, amoral e profanador de espaços sagrados<sup>4</sup>, com o objetivo de legitimar a violência cometida pelas forças policiais contra os corpos transgressores da cisgenderonorma.

Por esse motivo, entendemos que a informação veiculada pelos jornais está sempre executando o papel de “instrumento produtor de discursos” ao mesmo tempo que age como “meio de comunicação” (Barros, 2021, p. 398). Desse modo, compreender a relação entre a imprensa, a população cisgenderonormativa e os sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade é imprescindível, posto que a historicidade de um periódico não se limita ao suporte físico. Além dos textos, os elementos que o compõem também desempenham um papel essencial na construção de seu significado, uma vez que se ajustam aos “valores e ideais defendidos” de um “público imaginado” (Luca, 2024, p. 201).

<sup>2</sup> “Outra rua com 3 inferninhos”, *Jornal de Alagoas*, 19 de julho de 1970, ed. 127, p. 5.

<sup>3</sup> Dediane Souza (2022) utiliza uma flexão de gênero que expressa uma reivindicação política acerca do reconhecimento da feminilidade das travestis. Dessa forma, aproprio-me do uso do termo.

<sup>4</sup> “Pederastas invadem igreja da Catedral”, *Jornal de Alagoas*, 12 de setembro de 1970, ed. 172, p. 5.

Para além dos jornais, entrevistas foram realizadas com pessoas LGBTQIAPN+ que viveram na capital alagoana durante as décadas de 1970 e 1980. Esses relatos também foram analisados como fonte oral e foram transcritos. Essas entrevistas são extremamente importantes para confrontar a narrativa dominante da imprensa e permitir que pessoas dissidentes de sexo e gênero que viveram naquela época possam ser ouvidas e compartilhem suas vivências.

Tendo isso em vista, conforme Alessandro Portelli (2010), é importante destacar que a entrevista não deve ser concebida meramente como um instrumento para a obtenção de informações que julgamos relevantes. Ao contrário, trata-se de um “projeto compartilhado”, baseado no diálogo entre entrevistador e entrevistado, no qual, por vezes, “os papéis se modificam” (2010, p. 3). Desse modo, os entrevistados não podem ser vistos como simples “objetos da investigação”, mas como sujeitos ativos desse processo.

Outrossim, é importante destacar que, nos últimos 50 anos, uma onda de antropólogos e sociólogos brasileiros passou a contemplar os corpos dissidentes em suas pesquisas. Esse cenário influenciou diretamente a historiografia brasileira, que, segundo Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2014), passou posteriormente por um processo de “saída do armário”, rompendo com esses silenciamentos. Autores como Fry e MacRae (1991), Trevisan (2011) e Green (2000) desempenharam um papel fundamental na produção político-acadêmica brasileira, contribuindo para a construção de uma história LGBTQIAPN+ no país.

Em Alagoas, esse silêncio historiográfico tem sido gradativamente desfeito na última década, impulsionado principalmente por investigações desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL/CNPq), vinculado à Universidade Federal de Alagoas. Essas pesquisas têm se dedicado a localizar e compreender a presença de corpos dissidentes na história de Alagoas, analisando suas interações com a imprensa e os discursos que os atravessaram (Veras, 2021; Silva, 2024; Araújo, 2024).

Por fim, a interseccionalidade tem sido fundamental para compreender as dinâmicas sociais que perpassam esses sujeitos marginalizados, uma vez que, segundo Crenshaw (2020), ela permite observar como diferentes sistemas de opressão se entrecruzam, desafiando análises que enxergavam a raça, o gênero, a classe e a sexualidade como categorias isoladas.

## **DISCUSSÕES: SOCIALIZAÇÃO COMO (RE)EXISTÊNCIA EM MACEIÓ**

Nos anos de 1970 e 1980, a imprensa brasileira foi bastante marcada pela visibilidade de experiências dissidentes, produzindo um número considerável de matérias que tornaram o “sujeito gay” um assunto de destaque nas páginas dos jornais e revistas. Embora isso seja verdade, segundo Natanael Silva, a existência de homossexuais e travestis ainda continuava

sendo tratada, pela imprensa brasileira, em um tom “depreciativo e subalternizante” (2023, p. 353) – e os jornais alagoanos não estavam fora desse contexto.

Para o *Jornal de Alagoas*, a capital alagoana estava imersa em um cenário degradante de “invasão de mariposas e pederastas”<sup>5</sup>, tendo suas ruas e praças ocupadas por diversos corpos sexualmente transgressores. Uma dessas praças era a Praça do Ideal, localizada no bairro da Levada. Em 14 de agosto de 1970, o *Jornal de Alagoas* publicou uma nota escrita por Jorge Oliveira na coluna “Nos bastidores da polícia”<sup>6</sup>, afirmando que, quando as “mariposas” não estavam na Praça do Ideal, era sinal de que “o cocô mudou” e que os “pederastas” eram os novos frequentadores desses espaços públicos na ausência das prostitutas. Segundo esta nota, um homem teria tido “os botões da calça cortados por gilete”<sup>7</sup> no Cinema Ideal pelas mãos de um desses supostos “pederastas”.

O discurso do jornal explorava o medo da população, a fim de inflamá-la contra pessoas homossexuais e travestis através desses relatos e controlar seus corpos e suas sociabilidades. Assim, observa-se que o uso do medo e do pânico para fomentar o ódio contra corpos dissidentes parece dialogar intimamente com o conceito de “fantasma do gênero”, apresentado por Judith Butler (2024). Segundo Butler, o fantasma do gênero concentra em si “uma ampla gama de medos e ansiedades” (2024, p. 11) e, ao ser colocado em circulação, esse “fantasma” permite que instituições de poder consigam exercer maior controle sobre a população através do medo, incentivando a aceitação da censura e, eventualmente, a manifestação de ódio contra grupos vulneráveis (Butler, 2024, p. 12).

Nesse sentido, conforme o pânico social aumenta, ainda segundo Butler, torna-se permitido que o Estado “negue a vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma, uma ameaça à nação” (2024, p. 13). Por isso, é possível que a figura do temível “pederasta” tenha sido discursivamente construída pela imprensa, juntamente às autoridades policiais, para causar medo e repulsa na sociedade e legitimar a perseguição a esses sujeitos e extinguir as sociabilidades dissidentes da capital e de seus espaços públicos.

Todavia, vale destacar que essa categoria social nomeada de “pederastas” não era composta apenas por homens gays/homossexuais, como se é esperado, mas também por outros sujeitos desviantes da cisgenderonorma, como é o caso das travestis e de mulheres transgênero. Por não haver uma distinção sistematizada entre orientação sexual e identidade de gênero

<sup>5</sup> “Outra rua com 3 inferninhos”, *Jornal de Alagoas*, 19 de julho de 1970, ed. 127, p. 5.

<sup>6</sup> 1º nota da coluna “Nos bastidores da polícia” por Jorge Oliveira, *Jornal de Alagoas*, 14 de agosto de 1970, ed. 149, p. 5

<sup>7</sup> Ibidem.

naquele período, Helena Vieira afirma que se construiu uma concepção de que ser travesti seria sinônimo de ser um “homem” que se “passava” por mulher, ou ainda que “ fingia ser mulher” (2023, p. 170). Isso pode ser observado nas páginas do *Jornal de Alagoas*, em uma notícia veiculada no dia 9 de maio de 1970, chamada “‘Travestis’ vistos (sic) roubando no Farol”, na qual as travestis são descritas como homens “usando roupas e objetos de mulheres” e se fazendo passar “por elementos do sexo frágil”<sup>8</sup>.

Assim como os homossexuais e as “mariposas”, as travestis também sofreram uma tentativa da imprensa de vinculá-las à criminalidade, através de relatos de supostos roubos e arrombamentos, o que configurou a imprensa como um dispositivo do estigma travesti (Veras, 2017). Dessa maneira, é possível que essas sujeitas – assim como outros corpos dissidentes – também tenham integrado esses grupos denominados pelos jornais como “pederastas” e identificar os sujeitos e *sujeitas* que ocuparam, frequentaram e circularam por esses lugares para além do sujeito gay é extremamente importante, visto que, por muito tempo, diversas identidades dissidentes de gênero e sexualidade foram obscurecidas pelo uso hegemônico das “homossexualidades”.

Além disso, novas entrevistas têm trazido luz a esse cenário ainda tão pouco explorado pela historiografia alagoana através da oralidade, confrontando as narrativas hegemônicas e desumanizadoras produzidas pelo *Jornal de Alagoas*. Como exemplo, temos o caso de um homem, que adotou o pseudônimo de Ismael Alves, e foi entrevistado pelo professor Dr. Elias Ferreira Veras, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL/CNPq), da Universidade Federal de Alagoas. O entrevistado compartilhou relatos importantes sobre suas experiências no Cine Ideal, descrevendo-o como o “Templo Maior” das vivências sexualmente dissidentes e como “um dos inícios [...] nesse despertar para esse outro lado da sexualidade”<sup>9</sup> no final da década de 1970 e início de 1980.

A utilização de entrevistas tem possibilitado um novo olhar sobre os sujeitos que costumavam frequentar esses espaços, incluindo os militares que, segundo esse mesmo entrevistado, também pareciam usufruir do prazer dos cinemas. Relatos como: “Sempre [...] você via militares. A polícia vinha todinha. Você sempre via”<sup>10</sup> e “Eles estavam ali porque eles iam assistir o filme, entendeu?”<sup>11</sup> levantam questionamentos sobre as intenções desses policiais

<sup>8</sup> “‘Travestis’ vistos (sic) roubando no Farol”, *Jornal de Alagoas*, 9 de maio de 1970, ed. 396, p. 6.

<sup>9</sup> ALVES, Ismael. Entrevista I. 13 jun. 2019. Entrevistador: Elias Ferreira Veras. Maceió, 2019. arquivo .mp3 (75 min.). 26 Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem.

naqueles lugares, uma vez que o Cine Ideal havia se tornado conhecido como um “cinema de ‘pegação’ do público homossexual” na década de 1980 (DUARTE et al., 2022, p. 47533).

A partir da década de 1980, os filmes eróticos passaram a ser incorporados às sessões do Cinema Ideal, em um período em que o bairro da Levada estava atrelado à presença de pessoas associadas à prostituição, “cabarés” e bares constantemente frequentados por sujeitos gays em seus encontros (Duarte et al., 2022, p. 47533). Foi dentro desse contexto que o Cinema Ideal se tornou conhecido como um “cinema de pegação” de pessoas dissidentes durante os anos de 1980. Todavia, como já mencionado, notícias veiculadas pelo *Jornal de Alagoas* já mencionavam a Praça do Ideal e seu cinema como sendo frequentados pelos “pederastas” desde a década de 1970<sup>12</sup>, antes mesmo dos filmes eróticos serem incorporados.

Segundo o entrevistado, os sujeitos homossexuais que frequentavam o cinema podiam até “marcar um encontro, sair para uma praia, para um lugar mais deserto”, mas, ainda segundo ele, o Cinema Ideal permanecia sendo “o foco”<sup>13</sup>, isto é, o local principal, de seus encontros. Por isso, ele era considerado o “Templo Maior” das sociabilidades dissidentes naquele período. Através de relatos orais, tem sido possível confrontar as narrativas desumanizantes oficializadas pela imprensa e compreender com maior profundidade as experiências consideradas como sexualmente subversivas naquele período, assim como quais espaços – públicos e privados – eram mais significativos para os sujeitos daquele período.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

É notório que ainda há muito da história dos sujeitos que hoje são denominados LGBTQIAPN+ a ser contado em Alagoas. Até o momento, não há vestígios que sustentem a existência de uma articulação política organizada – pelo menos, não nos moldes tradicionais encontrados em São Paulo e Bahia – das dissidências de gênero e sexualidade em Alagoas no período da ditadura. Sendo assim, sujeitos homossexuais e sujeitas travestis da capital alagoana se organizaram de maneiras significativamente distintas em relação a outros lugares do Brasil.

Entretanto, vestígios da existência da União dos Viados de Alagoas (UVA) nos mostram que, embora seus integrantes não se organizassem como um grupo ativista tradicional, eles atuaram nos anos de 1980 dentro do campo das sociabilidades, principalmente nos espaços privados de Maceió, onde sujeitos dissidentes desenvolveram suas sociabilidades (Veras,

---

<sup>12</sup> 1º nota da coluna “Nos bastidores da polícia” por Jorge Oliveira, *Jornal de Alagoas*, 14 de agosto de 1970, ed. 149, p. 5

<sup>13</sup> ALVES, Ismael. Entrevista I. 13 jun. 2019. Entrevistador: Elias Ferreira Veras. Maceió, 2019. arquivo .mp3 (75 min.). 26 Ibidem.

2021). Logo, para compreender as formas de resistência diante da opressão sexual imposta pela ditadura civil-militar no contexto alagoano, é necessário voltar os olhos para as sociabilidades dissidentes presentes em Maceió, tanto públicas quanto privadas, uma vez que os espaços de sociabilidades foram extremamente importantes para que esses sujeitos pudessem encontrar formas de existir e (re)existir durante aquele período.

Negar a relevância desses espaços enquanto formas de resistência em Maceió equivale a obscurecer a pluralidade de processos históricos que deram origem às múltiplas identidades dissidentes da cisheteronorma no Brasil. Ao fazê-lo, apaga-se não apenas a complexidade dessas experiências, mas também os modos pelos quais tais sujeitos produziram sociabilidades, afetos e estratégias de sobrevivência em contextos marcados pela violência. Nesse sentido, pesquisar e escrever sobre as trajetórias de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em Alagoas constitui um gesto político e historiográfico fundamental: trata-se de enfrentar o silenciamento sistemático que, por décadas, oprimiu esses corpos, negando-lhes humanidade e legitimidade como sujeitos históricos.

Embora a violência direcionada a esses sujeitos durante a ditadura civil-militar tenha assumido contornos distintos daqueles aplicados à resistência armada, isso não implica a ausência de repressão ou de práticas violentas direcionadas a essas existências (Renan Quinalha, 2021). A perseguição moral, policial e simbólica, frequentemente naturalizada ou invisibilizada, produziu efeitos profundos e duradouros sobre esses corpos. Diante disso, torna-se ainda mais urgente que a historiografia alagoana se volte à presença, às experiências e às memórias desses sujeitos, incorporando-os de maneira crítica à narrativa histórica de Alagoas e rompendo, assim, com o apagamento e a marginalização que tanto os perpassou.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Paulo Henrique dos Santos. *Na mira do Estado: a “Operação Pederasta” e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970)*. In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 309-335.
- BARROS, José D'Assunção. *Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, v. 52, 2021, p. 397-419.

- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Org.). *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. — 1<sup>a</sup> ed. — Curitiba: Appris, 2020.
- DUARTE, Adriana Guimarães; CAVALCANTE NETO, Euclides Rocha; MORAIS, Mariane Nascimento de; ALCÂNTARA, Mariane Cleide Costa de; LEÃO, Mathe Thaysa Pennelophe Ialtina; AGRA, Letícia Soares. *A vida e morte do Cine Ideal: memórias de um cinema de rua em Maceió-AL*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 6, p. 47523-47541, jun. 2022.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade* (7a ed.). São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- LUCA, Tania Regina de. *Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193-205, 2024.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- MARTIRIO, Thamyres Jully Ana Ramos. “Uma figura controversa e emblemática”: *Odeete Pacheco em uma perspectiva interseccional (Maceió, AL)*. In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 419-440.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral e poder*. Mnemosine, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010. Conferência apresentada no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009. Transcrição de Luiz Henrique Blume, tradução de Luiz Henrique Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SANTOS, Crislanne Maria dos. “As mariposas pousam ao entardecer”: *prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980)*. 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Benan Liel de Moraes. *Discurso médico-midiático sobre o corpo, o gênero e performance de José João da Conceição (1966 a 1979)*. In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 337-361.

SILVA, Harmie A. da. “Maceió grita socorro!”: violências contra pessoas LGBTQIAPN+ no *Jornal de Alagoas* (1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 363-383.

SILVA, Natanael de Freitas. *A visibilidade dos homossexuais no Brasil da abertura: contraconduta*. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 339-368.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VERAS, Elias Ferreira. *Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió-AL*. In: ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (org.). *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas (v.2)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 150-168.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VERAS, Elias Ferreira. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito (orgs.). *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. *Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VIEIRA, Helena. “Jango Jezebel”, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 164-186.